

A LÍNGUA BRASILEIRA

ENI PUCCINELLI ORLANDI
UNICAMP

ABSTRACT

Different discursive practices establish different conceptions of society. In Brazil various expressive moments have been important in this establishment, such as for example, the colonial period, the eighteenth century legislation about slavery, the Illumination in Portugal and Brazil and positivistic nineteenth-century liberal political thought. The present study attempts to show processes of signification that have produced meanings for the national language in the context of cultures in contact - European and Amerindian - in the construction of the country of Brazil, thus suggesting a discursive approach which characterizes a national language which is the result of the colonial process.

Os objetos simbólicos que estão envolvidos na formação de um país são de muitas e variadas naturezas. E é da produção desses objetos e da relação estabelecida pelos sujeitos com essa produção que resultam tanto os sentidos atribuídos ao país como aqueles que dão sentidos a esses sujeitos enquanto se definem como súditos, servos ou cidadãos, ou seja, enquanto eles se definem em relação à formação de “seu” país, nas formas que a política das relações sociais significar em sua história.

Como sabemos, na perspectiva discursiva, o sujeito, ao significar, se significa. Desse modo é que podemos dizer que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo.

Da mesma maneira é que vemos na construção da língua nacional um paralelo dessa relação de tal modo que podemos dizer que na construção do imaginário social, a história da constituição da língua nacional está estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sócio-político que se define assim na relação com a formação do país, da nação, do Estado.

Há diferentes processos discursivos que (se) estabelecem (nas) diferentes concepções de sociedade. São momentos expressivos desse estabelecimento, na formação do Brasil, o período colonial, o século XVIII (e a legislação sobre a escravidão), o Iluminismo (em Portugal e no Brasil) e o pensamento político liberal positivista do século XIX, entre outros.

Este nosso estudo procura mostrar processos de significação que produzem sentidos para a língua nacional no contexto de culturas em contato - a europeia e a ameríndia - na construção do país-Brasil.

Nem é preciso afirmar a importância, nesses casos, da construção imaginária da unidade e da homogeneidade como pré-requisitos básicos para se ter uma identidade em um país específico, com suas formas específicas de governo e com uma língua (nacional).

Língua Imaginária e Língua fluída

Em 1984, a partir da noção de “índio imaginário” (G. Thérien, UQAM, Canadá)¹, e do contato mais efetivo que tive com as culturas indígenas brasileiras, propus a distinção entre língua imaginária e língua fluída².

A língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluída é aquela que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas. Teoricamente, esta distinção tinha apoio naquela feita por Pêcheux e Gadet (1983) como “o corpo pleno da linguagem” e “os processos de construção das gramáticas”. Na prática histórica, aí eu incluía o “tupi jesuítico” (Orlandi e Souza, 1988 e Orlandi, 1987). No trabalho de 1987 (“A dança das Gramáticas”) já incluía como objeto de reflexão no domínio da noção de língua imaginária a construção da língua nacional, em nosso caso, o português *standard*.

Considerar o contato histórico e cultural entre as línguas, coloca, para mim, necessariamente em jogo a relação entre estas duas noções: a de língua fluída e a imaginária.

Heterogeneidade Lingüística

J. Authier estabelece o conceito de heterogeneidade enunciativa para descrever o fato de linguagem que consiste em que todo dizer tem necessariamente em si a presença do Outro. Aproveitamos o impulso desse conceito, embora ele ganhe em nosso uso outras determinações, para falar em heterogeneidade lingüística³ toda vez que, no campo dos países colonizados, temos línguas como o português, ou o espanhol, na América Latina, que funcionam em uma identidade que eu chamaria de dupla. Expliquemo-nos.

A definição de formação discursiva (Pêcheux 1975, Courtine (1982), faz com que possamos afirmar dos discursos em geral que se fala a mesma língua mas se fala diferente. É assim que palavras como democracia significam “x” para um partido e “y”

¹ Bem mais recentemente tomei conhecimento, no México, da publicação de um livro sobre a questão do confronto de culturas de B. Batalla, cujo título é **México Profundo**. Ele também distingue, nesse caso, o país imaginário do país profundo, mostrando como a própria noção de “índio” é uma noção imaginária produzida pela necessidade europeia na relação com as descobertas.

² Colóquio (das 5^{as} feiras) apresentado no depto de Linguística, IEL, 1985.

³ O deslocamento que proponho repousa no fato de que Authier fala da enunciação e eu falo da própria língua. Em outras palavras, de sua constituição histórica. Daí resulta a noção de heterogeneidade lingüística. Há nesse caso trabalho da língua sobre a língua (que não é metalinguagem mas disjunção (histórica)).

para outro. Estabelecendo um paralelo com esse jogo que define as formações discursivas, podemos afirmar o mesmo, agora pensando línguas que são consideradas as mesmas mas que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação dos países. É o caso do português do Brasil e o de Portugal. Falamos a “mesma” língua mas falamos diferente.

Ao lado da heterogeneidade de que fala J. Authier (idem), colocando em causa a relação entre o outro e o Outro, e da diferença de que falam Courtine e Pêcheux em que intervêm diferentes formações discursivas na mesma língua, propomos distinguir um outro aspecto da heterogeneidade e da diferença. Consideramos pois a heterogeneidade linguística no sentido de que joga em “nossa” língua um fundo falso em que o “mesmo” abriga no entanto um “outro”, um “diferente” histórico que o constitui embora na aparência da “mesmidade”: o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são. Produzem discursos distintos. Significam diferentemente. Discursivamente é possível vislumbrar esse jogo de prestidigitação pelo qual no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos dois discursos distintos, efeitos de uma clivagem de duas histórias na relação com a língua portuguesa: a de Portugal e a do Brasil. Nós, brasileiros, ao falarmos o português estamos sempre nesse ponto de disjunção obrigada. A nossa língua significa em uma filiação de memória heterogênea. Essas línguas se filiam a interdiscursividades distintas como se fossem uma só. Esse efeito de homogeneidade é o efeito da história da colonização.

São muitas as conseqüências desse fato. Uma delas, já evocada por S. Gallo (1991) se refere à relação escrita-oralidade no Brasil, já que a relação do português de Portugal com a escrita (o latim, inicialmente, e depois o romance português) é determinada historicamente de forma totalmente diversa da do português do Brasil (latim escrito, nhengatu e português escrito). Este fato, não visível na história gramatical produzirá no entanto efeitos importantes na escolarização em suas propostas de ensino de escrita (e de “fracasso” escolar): há uma oralidade que nunca se legitimará e que permanece como resistência à escolaridade. Nessa concepção de heterogeneidade linguística, que proponho, este seria um de seus efeitos. A compreensão desse efeito faz apelo a razões históricas na materialidade mesma da língua.

Esta heterogeneidade é tanto mais importante quanto sua ação é menos detectável já que os processos históricos não são diretamente visíveis na língua. É assim que funcionam os objetos simbólicos em sua historicidade. No caso do português, podemos dizer então que são distintos sistemas simbólicos (o do Brasil e o de Portugal) com distintas histórias (linguísticas) mas aparentando a mesma materialidade empírica. Daí os equívocos. A observância da (mesma) materialidade empírica não deixa ver (desconhece) a distinta materialidade histórica.

Na perspectiva discursiva, propomos definir a língua pela sua forma material e não, como nós lingüistas, como forma abstrata⁴ e é pela reflexão sobre a forma material (lingüística e histórica) do português brasileiro que podemos melhor apreender as diferenças que procuramos explicitar.

Estas formas de presença da alteridade nos levam a considerar que o modo de existência das relações de confronto entre culturas não se apresentam apenas como disputa, mas também como indistinção, ou seja, nem sempre se pode estar certo de qual porção nos cabe nos diferentes processos de significação identitária. Em outras palavras: a identidade não é idêntica a si mesma, não é sempre discernível em sua especificidade⁵. Depende da história de sua constituição. E isto nos leva à questão mais interessante para essa nossa reflexão: a do funcionamento da memória na constituição da identidade das línguas.

Memória e Polissemia

Um fato que analisei (1992a) como discurso fundador da brasilidade compreendia o enunciado “Em se plantando tudo dá” formulado por Pero Vaz de Caminha. Ao verificar sua ocorrência no texto original (fac similar: “em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”), surpreendi-me com a forma que lá encontrei e que se distanciava bastante desta que repetimos em nossa memória escolar. O que me levou a concluir que não é o enunciado em sua forma empírica que fica na memória mas a sua imagem enunciativa, ou seja, sua forma histórica. Isto por si já nos indica que em se tratando do simbólico a memória não tem de ser fiel, nem caminha em linha reta. A relação é indireta e permeada por fatores histórico-contextuais, ou seja, deriva das condições de produção do enunciado, das relações de sentido e de forças que o caracterizam, em formações imaginárias. São espaços de memória. Descontínuos. Constituem-se em trajetos das redes de filiação histórica que enformam (dão forma) as interpretações. São parte do nosso imaginário social de ser brasileiro. Compõem as coisas a saber, no funcionamento histórico do simbólico: aquele que delimita o dizível, o significável, na relação com o interdiscurso (memória do dizer).

À indistinção possível se agrega então esta outra característica de memória, seu caráter indireto (interpretativo), que trabalha não com empirias mas com imagens enunciativas. Estas imagens atestam, por sua vez, o caráter descontínuo da memória simbólica.

⁴ É preciso lembrar aqui que a distinção que proponho entre forma abstrata e forma material acentua a importância de levar em conta a relação estabelecida na análise de discurso entre língua e história. Pela forma material, podemos trabalhar a inscrição do histórico na língua, o investimento de sentido na sintaxe (ou gramática), de forma a seguir o princípio segundo o qual a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Estabelecemos assim a relação entre forma-sujeito e forma do sentido, pela noção de materialidade.

⁵ Vale aqui lembrar a anedota que se conta do motorista de taxi português que levava, em Lisboa, dois turistas brasileiros em seu carro que conversavam animadamente. Em certo momento o motorista português voltou-se para os dois brasileiros e disparou: “mas que raios de língua estão a falar que eu compreendo tudo?”. O mesmo e o diferente, a familiaridade e o estranhamento aí jogam o jogo da indistinção na história e na memória.

O que funciona pois em nossa memória lingüística, na identidade nacional, são as imagens construídas para nossa relação com a língua portuguesa, nossa “versão” brasileira dessa relação.

A estes fatos vem se juntar um outro: o que diz respeito à incompletude e à polissemia. Descontínua e também incompleta, a memória não tem um caráter fechado e acabado, mas disperso e polissêmico.

Para compreender como se constitui a polissemia discursivamente vamos recorrer a um universo simbólico distinto do verbal, isto é, ao que caracteriza o estético.

Uma coisa é você ter um sentido a produzir e, pela arte, “figurá-lo”. Este é um sentido da arte. Nesse caso, um sentido reclama figuração. Isto é o estético. Outra coisa é você ter o belo reclamando “um” sentido. Aqui a figura reclama sentido. Isto é o histórico.

Podemos então ter aí diferentes sentidos de beleza: a. a beleza que configura a obra de arte. E aí a beleza é “universal”, unânime; aquela que define a arte. Por exemplo, a definição de uma pintura como a *Monalisa* enquanto obra de arte. E, por outro lado, podemos ter b. alguém que goste mais (aprecie, prefira) um quadro de Renoir à *Monalisa*. E aí a beleza é transitiva, particular, sem negar no entanto o sentido de beleza “universal” do estético.

Isto se dá porque o mesmo objeto é afetado por dois (e pode haver mais) movimentos de sentido. Isto é a polissemia: é a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico. Na polissemia o que há é composição (com+posição) de sentidos. E a memória sustenta esta composição. A memória é, por princípio, polissêmica.

Esta concepção de movimento de sentidos, de polissemia como composição pode dar conta das diferenças entre linhas que chamaríamos de ideológicas na aferição dos distintos valores dos objetos simbólicos. Daí se distinguem por exemplo as tendências formalistas das sociologistas, ou as que distinguem o concretismo, o realismo etc. Elas atuam no interior da distinção entre forma e conteúdo e funcionam sob uma concepção conteudística de polissemia. Desse modo elidem o movimento de sentidos, a polissemia, e se fixam em conteúdos já feitos de historicidade. Em nossa perspectiva não separamos forma/conteúdo. Trabalhamos a materialidade do objeto simbólico. E a definição de polissemia que enunciamos é desta natureza, ou seja, é uma definição discursiva, não conteudística.

Estes comentários no entanto só nos servem como metáfora para podermos situar a questão da polissemia em relação a nosso objeto de reflexão, ou seja, a língua brasileira.

Se pensarmos esta questão sob o modo não conteudístico, mas discursivo, podemos compreender algo bastante relevante do ponto de vista da sua identidade.

Quando, mais acima, nos referimos ao modo de funcionamento do português-brasileiro sob o modo da disjunção obrigada, falávamos da indistinção, mas falávamos também da polissemia, tal como acabamos de concebê-la. Há uma composição de sentidos, se pensamos a relação de colonização, que funcionam simultaneamente, em movimentos simbólicos distintos, quando falamos a língua brasileira. Isto não significa que

para distinguirmos nossas línguas devemos medir empiricamente os sentidos em suas diferenças. Isto significa que há uma marca de distinção na materialidade histórica desses sistemas simbólicos que carrega o português brasileiro dessa composição de sentidos. Isto quer dizer que o brasileiro significa diferentemente do português ao significar em português. Eis a duplicidade constitutiva, a heterogeneidade, a polissemia na própria base do exercício da língua. Ou, ainda melhor, isto quer dizer que o português e o brasileiro não têm o mesmo sentido. São línguas materialmente diferentes. E esta diferença trabalha em sua invisibilidade. O que atesta a diferença visível são “acidentes” (sotaque, rodeios sintáticos) empíricos, ultrapassáveis do ponto de vista da identidade linguística (língua imaginária). O que as distingue no entanto profundamente (língua fluída) são propriedades inscritas na diferença de constituição de seus distintos processos de significação inscritos em sua materialidade lingüístico-histórica. Aí o que não é atestado pela observação empírica vale no entanto como traço de identidade. A relação de colonização é um “acontecimento lingüístico” (cf. J. Guillaumou, 1989) assim como também o é a proclamação da independência⁶. A relação de colonização produz uma clivagem - disjunção obrigada - que afeta a materialidade da língua brasileira. Marca de nascença que é trabalhada de muitas e variadas maneiras ao longo de sua história.

Esta história da identidade da língua nacional se alongará assim através de acontecimentos múltiplos, como acordos, fundação de academias, regulamentos escolares e outros. É esta história que começamos a querer conhecer. E este texto é apenas um passo muito pequeno em direção a esta forma de conhecimento que é também uma tomada de posição em relação à história do conhecimento sobre a língua e sobre a constituição da língua nacional no Brasil.

Algumas conseqüências fundamentais

Há conseqüências teóricas e práticas que decorrem desta perspectiva - discursiva - de pensar a língua em sua história e funcionamento. Gostaríamos de destacar duas delas, uma do domínio teórico e outra do domínio que chamamos prático.

Em termos teóricos não é pequena a contribuição de tal perspectiva quando pensamos que a própria maneira de se encarar a constituição da língua nacional, de concebê-la em sua historicidade, produz uma maneira de nos inscrevermos, com nossos métodos, em um domínio específico da história das ciências. E ao tomarmos um lugar determinado nessa história, estamos produzindo uma forma de conhecimento sobre a

⁶ Sob esse aspecto, devo referir a trabalhos apresentados, em 1991, em um nosso Colóquio realizado na Universidade de Paris VII, tendo como interlocutores os historiadores e como tema “A cidadania no Brasil e na França”. Os textos, que falam sobre a história da língua e suas rupturas com o português de Portugal no século XIX são parte de uma coletânea que está sendo publicada na França (atas do colóquio) e está programada para publicação na Brasiliense com o nome “Os sentidos da Cidadania”. São autores destes textos, pesquisadores que fazem parte do projeto sobre a História das Idéias Lingüísticas no Brasil, notadamente, Fernando Tarallo, Bethania Mariani, Tania de Souza, José Horta, Suzy Lagazzi, Eduardo Guimarães, Solange Gallo, Freda Indursky, Marisa Lajolo, e eu mesma.

língua que constitui, por si, um modo de relação com a linguagem e uma posição teórica definida: a que vê a produção dos objetos simbólicos em movimento, como parte de uma história em que sujeitos e sentidos se constroem. Não se está aí, pois, no domínio de uma epistemologia positivista mas histórica, isto é, onde não há separação e hierarquia entre sujeito-objeto, dado-construído, interior-exterior, abstrato-concreto, e onde a história não é evolução e continuidade mas descontinuidade e funcionamento.

No domínio prático, resta a observação de que na relação de ensino-aprendizagem na escola, muito se tem falado do fracasso no ensino da língua (seja gramática, interpretação, ou escrita) que se reconhece pela constatação de que há conhecimentos que não são consistentes, não duram: o aluno aprende na hora e logo depois “esquece”. Na realidade o que se passa é que não houve aprendizagem, porque falta a inscrição do sujeito no processo histórico. Ou seja, aquilo que não faz sentido na história do sujeito ou na história da língua para o sujeito não “cola”, não “adere”. Mais especificamente, como se contraria (ao invés de se inscrever) a relação do sujeito, a sua filiação histórica à memória do objeto simbólico em que ele se constitui, aquilo não faz sentido para o sujeito, não faz sentido em sua história. Logo, está fora de seu discurso. E, aqui, fora não significa no exterior, mas excluído, apagado, silenciado.

Não levar em conta, por exemplo, que há duas formas de oralidade que derivam de duas histórias diferentes, faz com que se queira fazer o aluno passar, com violência, de uma oralidade que faz parte da história de sua língua para uma escrita que tem uma oralidade que corresponde a uma “outra” história. Isto é impossível. E o resultado não é fracasso, mas inconsistência histórica, resistência ao que não faz sentido. Por outro lado, observar esses aspectos históricos pode não só fazer compreender melhor essas passagens, se elas são necessárias, como também nos ensinar como fazê-las.

Desconhecer - como em geral desconhecemos - que houve um momento de nossa história em que a língua falada no país era a “língua geral” (o nhengatu) e a língua escrita foi inicialmente o latim e depois o português, não tendo o nhengatu merecido a legitimação de uma sua escrita, faz com que não tenhamos em conta esse fato fundamental da cultura brasileira que é sua relação com sua tradição oral. Forte traço de nossa história cultural esse da tradição oral, que mostra porque os brasileiros têm - diferentemente dos europeus - uma relação frouxa com a escrita e um apego forte à oralidade. Na comunicação administrativa, por exemplo, as pessoas lêem os papéis mas “acreditam” mais no que lhes é dito oralmente, confirmado verbalmente. E daí por diante. Esse traço histórico tem certamente seu peso na passagem, que o aluno deve fazer, na escola, da oralidade para a escrita. No entanto, o imediatismo das relações escolares, o peso da ideologia colonizadora européia (que “naturaliza” a relação com a escrita) e o apagamento dos percursos históricos produzidos pela redução do ensino da língua à dominância da perspectiva gramatical, conduzem preferentemente não a uma passagem mas a um impasse na relação do aprendiz com a escrita. Daí em grande parte a resistência que é chamada de “fracasso” escolar.

Essas considerações de ordem pedagógica são apenas um esboço rápido de implicações da questão histórico-discursiva que se apresenta na própria concepção da

língua nacional⁷. Há implicações de diferentes ordens e natureza, todas elas igualmente dignas de reflexão.

Não há pois como desconhecer a história do sujeito e da língua na produção do conhecimento do sujeito sobre a língua.

BIBLIOGRAFIA

BATALLA, G.B. **México Profundo** (una civilización negada). Grijalbo, México, 1990.

COURTINE, J.J. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse de discours. **Philosophiques**, Paris, 2, vol. IX, 1982.

GALLO, S. **Discurso da Escrita e Ensino**. Unicamp, Campinas, 1992.

GUILLAUMOU, J. **La langue politique et la révolution française**. Paris, Méridiens Klincksieck, 1989.

ORLANDI, E. A Dança das Gramáticas. **Colóquio de Nice**, 1987 e, versão modificada, em **Terra à Vista!** Cortez/Unicamp, São Paulo, 1990.

ORLANDI, E. e SOUZA, T.C.C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: **Política Lingüística na América Latina**. Pontes, Campinas, 1988.

ORLANDI, E. Vão Surgindo Sentidos. In: **O Discurso Fundador**, Pontes, Campinas, 1993.

PÊCHEUX, M. e GADET, F. **La langue Introuvable**. Paris, Maspero, 1983.

⁷ Em um projeto amplo de pesquisa que coordeno no Brasil em convênio com a Universidade de Paris VII, sob a coordenação de Sylvain Auroux, desenvolvemos um trabalho extenso sobre o tema "História das Idéias Lingüísticas no Brasil" que inclui tanto aspectos da constituição história da língua nacional como da construção de um saber metalingüístico em nosso país. Vários estudos, nessa perspectiva, já estão feitos e outros em pleno desenvolvimento, por uma numerosa equipe que congrega pesquisadores franceses do projeto URA 381 e pesquisadores brasileiros do projeto "Discurso, Significação, Brasilidade", sediado pelo IEL, na Unicamp.